

Aula 04

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

08 de Junho de 2025

Índice

1) Simulado - Organização Administrativa - ME	3
2) Simulado - Poderes Administrativos - ME	14
3) Simulado - Princípios Administrativos - ME	24



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	11

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Organização Administrativa

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) Sobre os processos de descentralização e desconcentração, assinale a opção incorreta.

- a) A centralização é o desempenho direto, por parte do Estado, das tarefas a ele incumbidas.
- b) Na descentralização política, há criação de uma entidade política para o exercício de competências próprias.
- c) A descentralização por colaboração, também chamada de descentralização “por serviços”, ocorre quando uma entidade política cria uma nova pessoa jurídica para colaborar com o Poder Público, que passa a deter a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- d) Os processos de descentralização e desconcentração possuem fisionomia ampliativa.
- e) Os processos de centralização e de concentração importam a agregação de atribuições no Estado.

2) Em relação à posição que os órgãos públicos ocupam na estrutura do Estado, eles podem ser classificados em

- a) independentes, autônomos, superiores e subalternos.



- b) autônomos, superiores, colegiados e simples.
- c) independentes, singulares, colegiados e superiores.
- d) superiores, colegiados, autônomos e simples.
- e) superiores, inferiores, autônomos e dependentes.

3) Sobre a Administração Indireta, marque a alternativa incorreta:

- a) A administração indireta é composta por entidades que possuem capacidade administrativa, política e legislativa.
- b) A administração Pública brasileira compreende dois grandes grupos de instituições formados pela Administração direta e Administração indireta.
- c) Todas as entidades criadas pela Administração Pública para prestação descentralizada dos serviços devem gozar de personalidade jurídica. Dessa forma, a personalidade jurídica é comum a todos os entes da administração indireta.
- d) Os entes da administração indireta sujeitam-se ao controle, pela administração direta, da pessoa política à qual são vinculados.
- e) Segundo o princípio da reserva legal, todas as pessoas integrantes da administração indireta de qualquer dos Poderes demandam lei, seja para criá-las, seja para autorizar sua criação.

4) Sobre a Administração indireta, assinale a opção incorreta.

- a) A Administração indireta é constituída dos serviços atribuídos a pessoas jurídicas diversas da União, de direito público ou de direito privado, vinculadas a um órgão da administração direta, mas administrativa e financeiramente autônomas.
- b) A Administração indireta pode se vincular a outros Poderes que não o Executivo.
- c) As autarquias se submetem ao regime jurídico de direito público, exercem atividades típicas de Estado, se submetem ao regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenações judiciais e, ao contrário das empresas estatais, mesmo seus bens com destinação diversa de suas finalidades são alcançados pela imunidade constitucional tributária.
- d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- e) A teoria do órgão, mais aceita atualmente, ao invés de considerar o Estado como representado pelos seus agentes, imputa-lhe os atos praticados por seus órgãos, por meio da manifestação de seus agentes.



5) Sobre as fundações públicas, assinale a opção incorreta.

- a) As fundações públicas podem ter personalidade de direito público ou de direito privado. No primeiro caso, estão submetidas ao regime jurídico-administrativo. No segundo caso, estão submetidas ao regime de direito privado, embora contem, assim como as primeiras, com a imunidade tributária recíproca estabelecida constitucionalmente.
- b) As fundações públicas de direito privado possuem bens de natureza privada, embora possam se sujeitar a regras de direito público quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos.
- c) As fundações públicas de direito público são instituídas por lei específica.
- d) As fundações públicas podem ser consideradas como um patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.
- e) Lei complementar deverá definir as áreas de atuação das fundações públicas.



GABARITO

1. C	2. A	3. A	4. C	5. A
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1) Sobre os processos de descentralização e desconcentração, assinale a opção incorreta.

- a) A centralização é o desempenho direto, por parte do Estado, das tarefas a ele incumbidas.
- b) Na descentralização política, há criação de uma entidade política para o exercício de competências próprias.
- c) A descentralização por colaboração, também chamada de descentralização “por serviços”, ocorre quando uma entidade política cria uma nova pessoa jurídica para colaborar com o Poder Público, que passa a deter a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- d) Os processos de descentralização e desconcentração possuem fisionomia ampliativa.
- e) Os processos de centralização e de concentração importam a agregação de atribuições no Estado.

Comentários

Letra A - correta. Centralização é o desempenho direto, por parte do Estado, das tarefas a ele incumbidas, por intermédio de órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura.

Letra B - correta. Na descentralização política, há criação de uma entidade política para o exercício de competências próprias. Ex: Estados e Municípios, que são entidades políticas dotadas de competência legislativa própria conferida pela CF/88. Por outro lado, na descentralização administrativa, o poder central transfere parcela de suas atribuições a outra entidade – a chamada “entidade descentralizada”. (Note, contudo, que o termo oposto, “entidade centralizada”, não é comumente empregado, preferindo-se o termo “ente” – que corresponde à União, Estados, DF e Municípios –, de modo que rigorosamente se pode sustentar que todas as entidades públicas em sentido estrito são mesmo, na verdade, descentralizadas.)

Letra C - incorreta. A descentralização por colaboração não se confunde com a descentralização por serviços. A primeira, também chamada de descentralização “por delegação”, ocorre quando, por meio de contrato ou ato unilateral – não é necessária a edição de lei formal –, o Estado transfere apenas a execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço. Por outro lado, a última, também chamada de descentralização “funcional” ou, ainda, “técnica”, ocorre quando uma entidade política (União, Estados, DF e Municípios), mediante lei (em sentido formal), cria ou autoriza a criação uma nova pessoa jurídica (de direito público



ou privado, respectivamente) e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público, o que lhe confere autonomia em relação à pessoa que a criou.

Letra D - correta. Tanto o processo de descentralização como o de desconcentração possuem fisionomia ampliativa, pois importam na repartição de atribuições, com criação de novas entidades ou órgãos, respectivamente.

Letra E - correta. A centralização ocorre quando o Estado retoma a execução direta do serviço, depois de ter transferido sua execução a outra pessoa. Por sua vez, na concentração, dois ou mais órgãos internos são agrupados em apenas um, que passa a ter natureza de órgão concentrador. Os processos de centralização e de concentração possuem em comum a fisionomia restritiva, pois importam na agregação de atribuições no Estado.

Gabarito: Letra C

2) Em relação à posição que os órgãos públicos ocupam na estrutura do Estado, eles podem ser classificados em

- a) independentes, autônomos, superiores e subalternos.
- b) autônomos, superiores, colegiados e simples.
- c) independentes, singulares, colegiados e superiores.
- d) superiores, colegiados, autônomos e simples.
- e) superiores, inferiores, autônomos e dependentes.

Comentários

A doutrina classifica os órgãos públicos, quanto à posição estatal, em independentes, autônomos, superiores e subalternos. A definição de cada um deles pode ser assim resumida:

Órgãos independentes: são aqueles previstos diretamente na Constituição Federal, representando os três Poderes, nas esferas federal, estadual e distrital (ou dois Poderes, na municipal), não sendo subordinados hierarquicamente a agentes políticos. Exemplos: Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, STF, STJ e demais tribunais, bem como seus simétricos nas demais esferas da Federação. Incluem-se ainda o Ministério Público da União e dos Estados e os Tribunais de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e Municipais (neste último caso apenas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, já que a Constituição vedou a criação de novos).

Órgãos autônomos: são aqueles que se situam na cúpula da Administração, logo abaixo dos órgãos independentes, auxiliando-os diretamente. Possuem ampla autonomia administrativa, financeira e técnica, mas não independência. Caracterizam-se como órgãos diretivos. Ex: os Ministérios, as Secretarias de Estado etc.



Órgãos superiores: possuem atribuições de direção, controle e decisão, mas sempre estão sujeitos ao controle hierárquico de uma instância mais alta. Não têm nenhuma autonomia, seja administrativa seja financeira. Exemplo: Procuradorias, Coordenadorias, Gabinetes.

Órgãos subalternos: são todos aqueles que exercem atribuições de mera execução, com reduzido poder decisório, estando sempre subordinados a vários níveis hierárquicos superiores. Exemplo: seções de expediente, de pessoal, de material etc.

Gabarito: Letra A

3) Sobre a Administração Indireta, marque a alternativa incorreta:

- a) A administração indireta é composta por entidades que possuem capacidade administrativa, política e legislativa.
- b) A administração Pública brasileira compreende dois grandes grupos de instituições formados pela Administração direta e Administração indireta.
- c) Todas as entidades criadas pela Administração Pública para prestação descentralizada dos serviços devem gozar de personalidade jurídica. Dessa forma, a personalidade jurídica é comum a todos os entes da administração indireta.
- d) Os entes da administração indireta sujeitam-se ao controle, pela administração direta, da pessoa política à qual são vinculados.
- e) Segundo o princípio da reserva legal, todas as pessoas integrantes da administração indireta de qualquer dos Poderes demandam lei, seja para criá-las, seja para autorizar sua criação.

Comentários

Letra A - incorreta. As entidades da Administração indireta são todas administrativas, portanto, não se confundem com as pessoas federadas, as quais possuem competência política e legislativa.

Letra B - correta. O Estado pode desempenhar suas funções de forma direta/centralizada, sendo um conjunto de órgãos ou unidades desprovidas de personalidade jurídica, o que a doutrina denomina de administração direta. Em contrapartida, também pode desempenhar suas funções por meio de determinadas pessoas jurídicas diversas, isto é, por meio da administração indireta.

Letra C - correta. As entidades administrativas (autarquias, fundações públicas e empresas públicas e sociedades de economia mista), possuem personalidade jurídica, podendo ser de direito público ou privado.

Letra D - correta. O controle da Administração direta sobre a indireta é distinto, não correspondendo à relação de hierarquia ou subordinação típica. Nesse caso, a relação existente entre o órgão supervisor e a entidade supervisionada é de mera vinculação, nominada por parte da doutrina de supervisão ministerial, controle finalístico ou tutela administrativa.



Letra E - correta. Pode-se afirmar, assim, que a criação de entidades da Administração indireta e matéria de reserva legal conforme elenca o art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988.

Art. 37, XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Gabarito: Letra A

4) Sobre a Administração indireta, assinale a opção incorreta.

- a) A Administração indireta é constituída dos serviços atribuídos a pessoas jurídicas diversas da União, de direito público ou de direito privado, vinculadas a um órgão da administração direta, mas administrativa e financeiramente autônomas.
- b) A Administração indireta pode se vincular a outros Poderes que não o Executivo.
- c) As autarquias se submetem ao regime jurídico de direito público, exercem atividades típicas de Estado, se submetem ao regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenações judiciais e, ao contrário das empresas estatais, mesmo seus bens com destinação diversa de suas finalidades são alcançados pela imunidade constitucional tributária.
- d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- e) A teoria do órgão, mais aceita atualmente, ao invés de considerar o Estado como representado pelos seus agentes, imputa-lhe os atos praticados por seus órgãos, por meio da manifestação de seus agentes.

Comentários

Letra A - correta. Perceba que na Administração indireta, embora haja um vínculo com a Administração Direta, há autonomia administrativa e financeira.

Letra B - correta. Embora seja mais comum entidades descentralizadas vinculadas ao Poder Executivo, não há empecilho para que haja entidades da administração indireta vinculadas a órgãos dos demais Poderes.

Letra C - incorreta. A imunidade tributária prevista na CF, art. 150, §2º, não alcança os bens ou serviços com destinação diversa das finalidades da autarquia, que estão sujeitos à incidência de impostos.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)



§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Letra D - correta. Esse é o exato teor do art. 6º, § 1º, da Lei 11.107/2005.

Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:

(...)

§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Letra E - correta. Na teoria do órgão, a mais aceita atualmente, entende-se que a pessoa jurídica manifesta sua vontade por meio dos órgãos que a compõem. Estes, por sua vez, são compostos de agentes. Desse modo, quando os agentes atuam, ocorre a própria atuação estatal.

Gabarito: Letra C

5) Sobre as fundações públicas, assinale a opção incorreta.

- a) As fundações públicas podem ter personalidade de direito público ou de direito privado. No primeiro caso, estão submetidas ao regime jurídico-administrativo. No segundo caso, estão submetidas ao regime de direito privado, embora contem, assim como as primeiras, com a imunidade tributária recíproca estabelecida constitucionalmente.
- b) As fundações públicas de direito privado possuem bens de natureza privada, embora possam se sujeitar a regras de direito público quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos.
- c) As fundações públicas de direito público são instituídas por lei específica.
- d) As fundações públicas podem ser consideradas como um patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.
- e) Lei complementar deverá definir as áreas de atuação das fundações públicas.

Comentários

Letra A - incorreta. As fundações públicas de direito privado se submetem ao regime jurídico híbrido, se sujeitando em parte a normas de direito privado e, em outras, a normas de direito público. Prerrogativas e características que merecem destaque:

Não possuem prazo especial para contestar e recorrer;



Suas lides não estão sujeitas ao duplo grau obrigatório de jurisdição;

Não estão submetidos ao regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenação judicial previsto na CF, art. 100;

Contam, também, com a imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, inciso VI, alínea "a" e § 2º).

Praticam, em regra, atos de direito privado;

Celebram, também, contratos administrativos, precedidos de licitação.

Letra B - correta. As fundações públicas de direito privado possuem bens privados, conforme definição dada pelo art. 98 do Código Civil. Entretanto, os bens dessas entidades, quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos, podem se sujeitar a regras de direito público (ou seja, possuir prerrogativas dos bens públicos, de forma equiparada).

Letra C - correta. Considerando que essas fundações possuem natureza de autarquia, são instituídas por meio de lei específica, de acordo com o teor do art. 37, inciso XIX, da CF:

Art. 37, XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Letra D - correta. Sendo a definição de Di Pietro (2016, p. 542) para fundações instituídas pelo poder público.

Letra E - correta. Nos termos do art. 37, inciso XIX, da CF/88.

Art. 37, XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Gabarito: Letra A

...

Forte abraço!



Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	10

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Poderes e Deveres da Administração.

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1. Acerca dos poderes e deveres da Administração Pública, assinale o item incorreto:

- a) Podemos dizer que o regime jurídico administrativo permite que a Administração Pública fique em uma posição de superioridade na relação com os administrados, ao mesmo tempo em que limita a sua esfera de liberdade para atender aos direitos individuais e preservar o patrimônio público.
- b) Os poderes administrativos são irrenunciáveis.
- c) A omissão do agente, diante de situação que exige sua atuação, invariavelmente reflete na sua responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal.
- d) Dentre os principais deveres administrativos, podemos citar o dever de eficiência, probidade e de prestar contas.
- e) Os poderes administrativos devem ser utilizados para a realização do fim público que justificou a competência atribuída ao agente, ou seja, todo poder se vincula ao fim público.

2. A respeito do poder vinculado e do poder discricionário, assinale a alternativa incorreta:



- a) O poder vinculado, também conhecido como regrado, ocorre quando uma lei, ao outorgar determinada competência ao agente público, não deixa nenhuma margem de liberdade para o seu exercício.
- b) O poder vinculado, sinônimo de ato vinculado, prevê uma única solução possível para determinado fato.
- c) O poder discricionário remete a uma margem de liberdade na atuação do agente público, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade.
- d) A discricionariedade no ordenamento jurídico deve obedecer tanto aos limites impostos em lei quanto os limites impostos em princípios administrativos.
- e) A discricionariedade ocorre tanto na edição de um ato como na sua revogação.

3. A respeito do poder disciplinar no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) é aplicável apenas em relação aos servidores públicos estatutários, não aos empregados públicos celetistas.
- b) o servidor público flagrado em conduta antijurídica deve ser penalizado imediatamente, sob pena de perpetuação do prejuízo à Administração Pública e aos administrados.
- c) se manifesta em relação aos particulares quando estes descumprem regras emanadas pelo respectivo ente estatal.
- d) é possível sua incidência sobre sujeitos que não sejam servidores públicos.
- e) o direito ao contraditório e à ampla defesa estabelecem que o servidor público somente poderá ser afastado de suas atividades após o devido processo legal.

4. O poder regulamentar da Administração pública consiste:

- a) em editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
- b) na faculdade de valer-se do juízo de conveniência e oportunidade para praticar ato, o qual não comporta controle pelo Poder Judiciário.
- c) na possibilidade de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de hierarquia.
- d) na faculdade de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- e) em condicionar ou restringir a liberdade e a propriedade, com o objetivo de ajustá-los ao interesse geral da coletividade.



5. Considere as seguintes assertivas:

I – Poder de polícia é aquele que permite à Administração Pública restringir a conduta dos indivíduos e o exercício de determinados direitos em favor do interesse público.

II – O poder regulamentar autoriza os chefes do Executivo a expedir atos normativos como leis e decretos autônomos para o fiel cumprimento da legislação em vigência.

III – O poder hierárquico pode ser conceituado como aquele em que a Administração Pública possui amparo para apurar infrações e aplicar penalidades quando constatada a prática de infrações em relação aos servidores e às demais pessoas que detêm vínculo genérico com a Administração.

IV – É possível a incidência do poder disciplinar sobre sujeitos que não sejam servidores públicos.

Está correto o que consta em:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.



GABARITO

1. C	2. B	3. D	4. A	5. B
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1. Acerca dos poderes e deveres da Administração Pública, assinale o item incorreto:

- a) Podemos dizer que o regime jurídico administrativo permite que a Administração Pública fique em uma posição de superioridade na relação com os administrados, ao mesmo tempo em que limita a sua esfera de liberdade para atender aos direitos individuais e preservar o patrimônio público.
- b) Os poderes administrativos são irrenunciáveis.
- c) A omissão do agente, diante de situação que exige sua atuação, invariavelmente reflete na sua responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal.
- d) Dentre os principais deveres administrativos, podemos citar o dever de eficiência, probidade e de prestar contas.
- e) Os poderes administrativos devem ser utilizados para a realização do fim público que justificou a competência atribuída ao agente, ou seja, todo poder se vincula ao fim público.

Comentários

Letra A - correta. A assertiva aborda o conceito de prerrogativas e sujeições próprias da Administração Pública.

Letra B - correta. Os poderes administrativos são irrenunciáveis e devem ser obrigatoriamente exercidos pela Administração Pública.

Letra C - incorreta. A omissão do agente, diante de situação que exigem sua atuação, caracteriza abuso de poder, podendo ensejar responsabilidade civil da administração pública pelos danos que porventura decorram da omissão ilegal, além de poder refletir sua responsabilização nas esferas administrativas e penal. O erro da questão está na afirmação de que toda omissão do agente acarreta na sua responsabilização nas três esferas (civil, administrativa e penal). É importante sempre ter cuidado com generalizações. Não poucas vezes, elas induzem o candidato a erro.

Letra D - correta. Segundo Hely Lopes Meirelles, os principais deveres do administrador público são: dever de eficiência, dever de probidade e o dever de prestar contas. O dever de eficiência denota a atuação administrativa com qualidade, celeridade, economicidade, controle e demais atuações que remetem a uma "boa administração". O dever de probidade denota a observância de padrões éticos de comportamento, ou seja, relaciona-se à moralidade administrativa. O dever de prestar contas pressupõe que a Administração



Pública deve comprovar como foi feita a administração, gestão e aplicação de bens públicos, dando assim transparência na forma como os recursos pertencentes à sociedade são aplicados pelo Poder Público.

Letra E - correta. Os poderes administrativos são instrumentos pelos quais os órgãos públicos cumprem os seus deveres funcionais, ou seja, não existe poder dissociado da função pública. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, os poderes administrativos são "prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins".

Gabarito: Letra C

2. A respeito do poder vinculado e do poder discricionário, assinale a alternativa incorreta:

- a) O poder vinculado, também conhecido como regrado, ocorre quando uma lei, ao outorgar determinada competência ao agente público, não deixa nenhuma margem de liberdade para o seu exercício.
- b) O poder vinculado, sinônimo de ato vinculado, prevê uma única solução possível para determinado fato.
- c) O poder discricionário remete a uma margem de liberdade na atuação do agente público, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade.
- d) A discricionariedade no ordenamento jurídico deve obedecer tanto aos limites impostos em lei quanto os limites impostos em princípios administrativos.
- e) A discricionariedade ocorre tanto na edição de um ato como na sua revogação.

Comentários

Letra A - correta. A característica do poder vinculado é justamente a obrigação do agente público, ao se deparar com a situação prevista na lei, atuar exatamente na forma prevista desta lei. Por exemplo, se uma lei determinar que levar bebida alcoólica para dentro de uma escola é punível com multa de R\$100,00, o agente público, ao se deparar com um cidadão, com bebida alcoólica, dentro de uma escola, o multará em R\$100,00.

Letra B - incorreta. Poder vinculado não é sinônimo de ato vinculado. O ato vinculado é uma manifestação do poder vinculado, que ocorre quando todos os elementos dos atos administrativos são vinculados. Isto é, quando a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto do ato administrativo forem inteiramente vinculados.

Letra C - correto. No poder discricionário, o agente público possui alguma margem de liberdade de atuação, ou seja, o agente poderá usar o seu juízo de conveniência e oportunidade e decidirá com base no mérito administrativo. Por exemplo, se uma lei determinar que levar bebida alcoólica para dentro de uma escola é punível com multa de até R\$ 500,00 reais, o agente público, ao se deparar com um cidadão com bebida alcoólica dentro de uma escola, o multará de acordo com seu juízo de razoabilidade e proporcionalidade, observado o limite e eventualmente os critérios de gradação da penalidade previstos em lei.



Letra D - correto. A discricionariedade é limitada na lei (quando o próprio legislador define as margens de liberalidade para a prática do ato) e nos princípios (especialmente o da proporcionalidade, pelo qual há de observar o meio menos gravoso e suficiente para se alcançar o resultado pretendido).

Letra E - correto. A revogação é o desfazimento de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade. Por exemplo, na hipótese de uma prefeitura autorizar a venda de refresco na praça da cidade para hidratar os cidadãos nos dias mais quentes do ano (ato discricionário), mas que depois resolve revogar o ato por constatar que nos próximos dias haverá a chegada de uma frente fria. No caso apresentado, houve discricionariedade tanto para a edição do ato quanto para a sua revogação.

Gabarito: Letra B

3. A respeito do poder disciplinar no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) é aplicável apenas em relação aos servidores públicos estatutários, não aos empregados públicos celetistas.
- b) o servidor público flagrado em conduta antijurídica deve ser penalizado imediatamente, sob pena de perpetuação do prejuízo à Administração Pública e aos administrados.
- c) se manifesta em relação aos particulares quando estes descumprem regras emanadas pelo respectivo ente estatal.
- d) é possível sua incidência sobre sujeitos que não sejam servidores públicos.
- e) o direito ao contraditório e à ampla defesa estabelecem que o servidor público somente poderá ser afastado de suas atividades após o devido processo legal.

Comentários

Letra A - incorreta. O poder disciplinar é aplicável tanto aos servidores públicos estatutários quanto aos empregados públicos celetistas. Na verdade, é aplicável a toda a administração pública.

Letra B - incorreta. A aplicação de penalidades aos servidores públicos não dispensa a observação do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Letra C - incorreta. O poder disciplinar se manifesta apenas em relação àqueles que mantêm vínculo específico com a Administração Pública, não em relação àqueles que possuem vínculo genérico, como é o caso dos particulares, geralmente.

Letra D - correta. O poder disciplinar é aplicável a todos aqueles que possuem vínculo específico com a Administração Pública, como os servidores públicos no exercício de suas atribuições funcionais e os particulares que possuam contrato ou convênio (em sentido amplo) com a entidade estatal. Observe que, no presente caso, está-se diante de um vínculo específico (e não genérico).



Letra E - incorreta. O servidor pode ser afastado preventivamente do seu cargo mesmo antes do encerramento do processo administrativo. Vide, por exemplo, no caso de servidores públicos federais, o art. 147, *caput*, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Gabarito: Letra D

4. O poder regulamentar da Administração pública consiste:

- a) em editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
- b) na faculdade de valer-se do juízo de conveniência e oportunidade para praticar ato, o qual não comporta controle pelo Poder Judiciário.
- c) na possibilidade de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de hierarquia.
- d) na faculdade de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- e) em condicionar ou restringir a liberdade e a propriedade, com o objetivo de ajustá-los ao interesse geral da coletividade.

Comentários

Letra A - correta. Poder regulamentar é a prerrogativa do chefe do Poder Executivo de editar privativamente certos atos administrativos normativos, sendo materializada mediante decretos e regulamentos de execução.

Vejamos o que diz a professora Maria Sylvia Di Pietro sobre o tem:

É uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para fiel execução.

Letra B - incorreta. Valer-se do juízo de conveniência e oportunidade para praticar ato é a descrição do poder discricionário. Contudo, importa destacar que pode haver, sim, controle do Poder Judiciário, o qual deve se restringir aos aspectos vinculados do ato, sem avaliar os critérios de conveniência e oportunidade, respeitando a discricionariedade administrativa nos limites legais.

Letra C - incorreta. A assertiva trata, na verdade, do poder hierárquico.



Letra D - incorreta. A assertiva se refere ao poder disciplinar.

Letra E - incorreta. O texto aponta para o poder de polícia.

Gabarito: Letra A

5. Considere as seguintes assertivas:

I – Poder de polícia é aquele que permite à Administração Pública restringir a conduta dos indivíduos e o exercício de determinados direitos em favor do interesse público.

II – O poder regulamentar autoriza os chefes do Executivo a expedir atos normativos como leis e decretos autônomos para o fiel cumprimento da legislação em vigência.

III – O poder hierárquico pode ser conceituado como aquele em que a Administração Pública possui amparo para apurar infrações e aplicar penalidades quando constatada a prática de infrações em relação aos servidores e às demais pessoas que detêm vínculo genérico com a Administração.

IV – É possível a incidência do poder disciplinar sobre sujeitos que não sejam servidores públicos.

Está correto o que consta em:

(A) I e III.

(B) I e IV.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) III e IV.

Comentários

Item I – correto. O poder de polícia permite à Administração Pública restringir a atuação do indivíduo ou condicionar direitos ao cumprimento de determinados requisitos, com o objetivo de preservar, em regra, a supremacia do interesse público sobre o interesse particular.

Item II - incorreto. O poder regulamentar é a prerrogativa do chefe do Poder Executivo de editar privativamente certos atos administrativos normativos, sendo materializada mediante decretos e regulamentos de execução e decretos autônomos – não entrando as “leis” nesse rol.

Item III – incorreto. O poder hierárquico tem como finalidade a organização da Administração Pública, que pode distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos, definindo os limites da competência de cada um dos agentes, ordenar, coordenar e controlar as atividades administrativas. Outrossim, o poder hierárquico se manifesta entre a Administração Pública e outra parte que possua vínculo específico, e não genérico, com



ela. Por exemplo, empresas contratadas pelo ente público possuem vínculo específico, enquanto particulares possuem, em geral, vínculo genérico com a entidade estatal.

Item IV – correto. O poder disciplinar é aplicável a todos aqueles que possuem vínculo específico com a Administração Pública, como os servidores públicos no exercício de suas atribuições funcionais e os particulares que possuam contrato com a entidade estatal.

Gabarito: Letra B

...

Forte abraço!

Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

▪



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas.....	1
Gabarito/Questões Comentadas	4
Referências Bibliográficas	12

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Princípios da Administração Pública

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale o item incorreto:

- a) Os princípios administrativos orientam a elaboração das leis administrativas, direcionam a atuação da Administração Pública e condicionam a validade de todos os atos administrativos.
- b) O princípio da supremacia do interesse público e da indisponibilidade são considerados princípios basilares ou fundamentais do Direito Administrativo.
- c) Diante do conflito entre os princípios administrativos, deverá a Administração escolher aquele que mais a favoreça, de modo que os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público devam sempre prevalecer sobre os demais princípios por serem hierarquicamente superiores.
- d) O princípio é mais geral que a regra porque comporta uma série indeterminada de aplicações.
- e) Os princípios que norteiam a atuação da Administração Pública podem ser expressos ou implícitos em normas jurídicas.

2. Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, são aplicáveis:



- a) Apenas a Administração Pública direta.
- b) Apenas às pessoas jurídicas de direito público.
- c) À Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, apenas.
- d) À Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) À Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo federal, somente.

3. Considere a seguinte situação hipotética: Raul, ex-prefeito de um Município do Amazonas, foi condenado pelo Tribunal de Justiça, uma vez que interveio em processo de licitação realizada pelo Município em favor do primo de sua esposa. O Tribunal de Justiça considerou que esse fato feriu diretamente um dos princípios básicos da Administração Pública, qual seja, o da:

- a) Publicidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Celeridade.
- d) Finalidade.
- e) Eficiência.

4. A respeito dos princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Conforme o princípio da eficiência, o gestor público deve exercer suas atividades administrativas com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- b) A realização de procedimento licitatório busca atender, entre outros, ao princípio da finalidade.
- c) A publicidade é o princípio primordial que fundamenta a exigência de concursos públicos para o acesso a cargos e empregos públicos.
- d) Conforme o princípio da supremacia do interesse público, a atuação da Administração Pública deve ser orientada pelo bem da coletividade. Assim, em uma situação envolvendo conflito de interesses entre um particular e o interesse público, este último deve predominar.
- e) O princípio da publicidade determina que a Administração Pública dê amplo conhecimento de todos os atos administrativos praticados para que eles surtam efeitos.



5. De acordo com o os princípios expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É correto afirmar que o princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal de atos realizados por agentes públicos que atuam em nome do Estado.
- b) É a partir da publicação em órgãos oficiais que os atos administrativos gerais elaborados para produzir efeitos externos ou que cause ônus para o patrimônio público produzirão efeitos jurídicos.
- c) O princípio da eficiência diz respeito à atuação da administração pública com excelência, fornecendo serviços públicos de qualidade à população, com maior custo possível, mantendo os padrões de qualidade e no menor tempo.
- d) A ética deve estar presente na conduta da Administração Pública, conforme o princípio da moralidade.
- e) O princípio da legalidade constitui uma das garantias principais de respeito aos direitos individuais, de forma que a Administração cria as leis, mas ao mesmo tempo deve submeter-se a elas.

6. Sobre o princípio da autotutela, assinale a opção incorreta.

- a) Está relacionado ao poder da Administração Pública de declarar a nulidade de seus próprios atos.
- b) Abrange o poder da Administração de anular seus próprios atos administrativos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- c) Diz respeito ao poder da Administração de revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- d) Está relacionado ao poder da Administração Pública de convalidar atos administrativos.
- e) Nos casos de revogação de atos, não se faz necessário respeitar o direito adquirido, já que de atos revogados não se originam direitos.

7. Assinale a opção correta.

- a) O direito de petição não concretiza o princípio da publicidade.
- b) A transparência na Administração Pública é a regra geral, razão pela qual a lei somente pode restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade o exigir.
- c) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.



d) Decorrem do dever de isonomia da Administração a necessidade da adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos efetivos, a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos e o regime de precatórios para pagamento de dívidas da Fazenda Pública em decorrência de decisão judicial.

e) A publicidade não é considerada elemento de formação do ato administrativo, mas somente requisito de validade.

GABARITO

1. C	2. D	3. B	4. A	5. C
6. E	7. D			

QUESTÕES COMENTADAS

1. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale o item incorreto:

- a) Os princípios administrativos orientam a elaboração das leis administrativas, direcionam a atuação da Administração Pública e condicionam a validade de todos os atos administrativos.
- b) O princípio da supremacia do interesse público e da indisponibilidade são considerados princípios basilares ou fundamentais do Direito Administrativo.
- c) Diante do conflito entre os princípios administrativos, deverá a Administração escolher aquele que mais a favoreça, de modo que os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público devam sempre prevalecer sobre os demais princípios por serem hierarquicamente superiores.
- d) O princípio é mais geral que a regra porque comporta uma série indeterminada de aplicações.
- e) Os princípios que norteiam a atuação da Administração Pública podem ser expressos ou implícitos em normas jurídicas.

Comentários

Letra A - correta. Os princípios firmam valores e diretrizes que orientam a aplicação, elaboração e a interpretação das normas do ordenamento jurídico, permitindo o funcionamento harmonioso, equilibrado e racional do sistema.

Letra B - correta. O princípio da supremacia do interesse público fundamenta a existência das prerrogativas da Administração Pública, identificando a relação de verticalidade entre a Administração



e o particular. Em contrapartida, o princípio da indisponibilidade do interesse público representa restrições na atuação do administrador público, de modo a limitá-lo, uma vez que ele não é proprietário da coisa pública e do patrimônio público nem tampouco titular do interesse público. Estes dois princípios balanceiam a atuação da Administração, de forma que representam os poderes especiais e as restrições especiais a ela impostas e, portanto, são considerados pilares do Direito Administrativo.

Letra C - incorreta. Há alguns autores mais tradicionais que, de fato, consideram que a supremacia e a indisponibilidade do interesse público seriam princípios mais basilares do Direito Administrativo, mas mesmo esses não defendem que eles devam prevalecer em toda e qualquer situação, especialmente nos casos que envolvem interesse administrativo meramente secundário (interesse meramente patrimonial do Estado). Para a maioria dos autores, prevalece que não há hierarquia entre os princípios. Portanto, quando houver um aparente conflito entre eles, deverá ser realizado um juízo de ponderação entre os princípios para aplicar a interpretação que melhor se harmonize com o caso concreto.

Letra D - correta. As regras são normas que impõem, permitem ou proíbem determinada situação, enquanto os princípios são mandados de otimização, sendo caracterizados pelo fato de que podem ser cumpridos em diferentes graus, o que lhes permite serem aplicados com maior ou menor intensidade, conferindo-lhes, portanto, uma série indeterminada de aplicações.

Letra E - correta. Os princípios podem ser expressos, quando estão previstos no próprio texto de uma norma jurídica positivada, isto é, escrita, ou implícitos, quando não constam expressamente em uma norma jurídica, mas podem ser inferidos a partir de suas demais normas (regras).

Gabarito: Letra C

2. Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, são aplicáveis:

- a) Apenas à Administração Pública direta.
- b) Apenas às pessoas jurídicas de direito público.
- c) À Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, apenas.
- d) À Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) À Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo federal, somente.

Comentários

Vejamos o teor do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)



Logo, os princípios expressos no art. 37, *caput*, da CF/1988, o famoso “LIMPE” (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), são aplicáveis a todos os órgãos e entidades estatais, sejam pessoas jurídicas de direito público ou privado, integrantes da Administração Pública direta ou indireta, não importando o qual Poder do ente público estejam vinculados (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou a esfera (federal, estadual, distrital ou municipal). Registramos que esses princípios são aplicáveis, também, ao Ministério Público, que não integra nenhum dos Poderes da República.

Portanto, os princípios elencados no enunciado são aplicáveis à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Gabarito: Letra D

3. Considere a seguinte situação hipotética: Raul, ex-prefeito de um Município do Amazonas, foi condenado pelo Tribunal de Justiça, uma vez que interveio em processo de licitação realizada pelo Município em favor do primo de sua esposa. O Tribunal de Justiça considerou que esse fato feriu diretamente um dos princípios básicos da Administração Pública, qual seja, o da:

- a) Publicidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Celeridade.
- d) Finalidade.
- e) Eficiência.

Comentários

O fato de o agente público ter intercedido em favor de outra pessoa viola, em especial, o **princípio da impessoalidade**, previsto no art. 37, *caput*, da CF, que impõe que a ação da Administração deve estar voltada para a atingir o objetivo previsto (expressamente ou virtualmente) em lei, o qual visará atender sempre a uma **finalidade: o interesse público**.

Assim, o administrador não pode atuar para atender a objetivo diverso do estabelecido em lei – que será sempre o interesse público.

Gabarito: Letra B

4. A respeito dos princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Conforme o princípio da eficiência, o gestor público deve exercer suas atividades administrativas com presteza, perfeição e rendimento funcional.



- b) A realização de procedimento licitatório busca atender, entre outros, ao princípio da finalidade.
- c) A publicidade é o princípio primordial que fundamenta a exigência de concursos públicos para o acesso a cargos e empregos públicos.
- d) Conforme o princípio da supremacia do interesse público, a atuação da Administração Pública deve ser orientada pelo bem da coletividade. Assim, em uma situação envolvendo conflito de interesses entre um particular e o interesse público, este último deve predominar.
- e) O princípio da publicidade determina que a Administração Pública dê amplo conhecimento de todos os atos administrativos praticados para que eles surtam efeitos.

Comentários

Letra A - O **princípio da eficiência** pode ser entendido, na prática, como “fazer o máximo de resultados com o mínimo de custo, mas com a observância da qualidade”.

Letra B - incorreta. Por se tratar de princípio que rege todo o direito administrativo, naturalmente, o princípio da finalidade também deverá ser observado no procedimento licitatório. Contudo, note que o enunciado da questão indaga sobre princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, o que torna o item incorreto, tendo em vista que o princípio da finalidade não é elencado expressamente.

Letra C - incorreta. Quando se trata da exigência de aprovação em concurso público para ocupar cargos ou empregos públicos, há outros princípios igualmente ou até mais importantes que o princípio da publicidade que fundamentam essa necessidade, como os princípios da impessoalidade e da eficiência. Logo, o princípio da publicidade não é o princípio primordial que fundamenta a exigência de concursos públicos.

Letra D - incorreta. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado está definido corretamente, mas trata-se de princípio implícito e não previsto expressamente na CF/1988, o que torna o item incorreto. Vejamos o teor do art. 37, *caput*, da CF/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Letra E - incorreta. Os atos administrativos que objetivam produzir efeitos apenas internamente (exemplo: despacho de reatuação da classe processual de determinados autos) e que não causem gravame ao patrimônio público não precisam ser publicados. Assim, apenas os atos administrativos que visam produzir efeitos externos ou que possam, de alguma forma, causar gravame ao patrimônio público devem ser publicados, como condição para produção de efeitos perante terceiros.

GABARITO: Letra A



5. De acordo com o os princípios expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É correto afirmar que o princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal de atos realizados por agentes públicos que atuam em nome do Estado.
- b) É a partir da publicação em órgãos oficiais que os atos administrativos gerais elaborados para produzir efeitos externos ou que cause ônus para o patrimônio público produzirão efeitos jurídicos.
- c) O princípio da eficiência diz respeito à atuação da administração pública com excelência, fornecendo serviços públicos de qualidade à população, com maior custo possível, mantendo os padrões de qualidade e no menor tempo.
- d) A ética deve estar presente na conduta da Administração Pública, conforme o princípio da moralidade.
- e) O princípio da legalidade constitui uma das garantias principais de respeito aos direitos individuais, de forma que a Administração cria as leis, mas ao mesmo tempo deve submeter-se a elas.

Comentários

Letra A - correta. Um dos sentidos inerentes ao princípio da impessoalidade é a vedação da promoção pessoal, ou seja, o agente público deve atuar em nome do Estado e não pode se beneficiar deste ato para se autopromover. Esse entendimento decorre diretamente do art. 37, § 1º, da CF/88 que assim menciona:

Art. 37, § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Letra B - correta. A assertiva versa sobre o princípio da publicidade, previsto expressamente no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal. Esse princípio consiste, ao mesmo tempo, numa condição para que os atos administrativos produzam efeitos jurídicos e numa obrigação de transparência da atuação da Administração Pública.

Letra C - incorreta. O erro da assertiva encontra-se na palavra "maior". A atuação da Administração Pública deve frisar o MENOR custo e tempo possível mantendo os padrões de qualidade aceitáveis. O princípio da eficiência está explícito no art. 37, *caput*, da CF, e preza uma melhor relação custo-benefício da atividade da administração pública.

Letra D - correta. O princípio da moralidade, expresso no art. 37, *caput*, da CF, impõe que o administrador público não se limite apenas ao que é legal, mas verifique também o que é moral e, para tanto, observe os preceitos éticos em sua conduta. Uma conduta, mesmo em consonância com a lei, pode estar ferindo o princípio da moralidade administrativa, pode estar ofendendo os bons costumes, a moral e as regras da boa administração. Logo, a Administração Pública deve não só atuar dentro da legalidade, mas também observar a moralidade em sua atuação.

Letra E - correta. O princípio da legalidade serve de proteção aos direitos individuais, pois, ao mesmo tempo em que permite que o administrado faça tudo o que não estiver proibido em lei, ele impede que



a Administração imponha obrigações aos cidadãos sem que haja autorização legislativa para tal. Conforme dispõe o inciso II do artigo 5º da CF/88:

Art. 5º, II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de uma lei.

GABARITO: Letra C

6. Sobre o princípio da autotutela, assinale a opção incorreta.

- a) Está relacionado ao poder da Administração Pública de declarar a nulidade de seus próprios atos.
- b) Abrange o poder da Administração de anular seus próprios atos administrativos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- c) Diz respeito ao poder da Administração de revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- d) Está relacionado ao poder da Administração Pública de convalidar atos administrativos.
- e) Nos casos de revogação de atos, não se faz necessário respeitar o direito adquirido, já que de atos revogados não se originam direitos.

Comentários

Letras A, B, C e D – corretas. O princípio da autotutela preceitua que a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, inclusive de ofício, e abrange o poder de anular, convalidar e revogar seus atos administrativos, podendo envolver, portanto, aspectos tanto de legalidade quanto de mérito do ato.

Letra “E” – errada. Nos casos de **revogação**, os direitos adquiridos devem ser respeitados.

No caso dos atos ilegais, cabe à Administração Pública **anulá-los**, salvo atos benéficos quando, sem ter havido de má-fé do titular, já tenham transcorrido mais de cinco anos desde a sua edição (art. 54 da Lei 9.784/1999).

É importante também conhecer o teor das **súmulas 473 e 346 do STF**, a seguir reproduzidas:

Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Súmula 346: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

GABARITO: Letra E



7. Assinale a opção correta.

- a) O direito de petição não concretiza o princípio da publicidade.
- b) A transparência na Administração Pública é a regra geral, razão pela qual a lei somente pode restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade o exigir.
- c) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) Decorrem do dever de isonomia da Administração a necessidade da adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos efetivos, a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos e o regime de precatórios para pagamento de dívidas da Fazenda Pública em decorrência de decisão judicial.
- e) A publicidade não é considerada elemento de formação do ato administrativo, mas somente requisito de validade.

Comentários

Letra A - incorreta. O direito de petição, previsto na CF, art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, consagra o postulado da publicidade, uma vez que, por meio das petições, permite-se aos administrados dirigirem-se a órgãos administrativos para formular qualquer tipo de postulação.

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Letra B - incorreta. Há outra possibilidade de a lei restringir a publicidade dos atos processuais, qual seja, no caso de o interesse social assim o exigir, conforme CF, art. 5º, inciso LX.

Art. 5º, LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Letra C - incorreta. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão (e não a cassação) dos direitos políticos, nos termos da CF, art. 37, § 4º, conforme destacado abaixo:

Art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Além disso, a cassação de direitos políticos é vedada pela Carta Magna, no *caput* do art. 15.



Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...)

Letra D - correta. A Administração Pública deve adotar todos os procedimentos necessários para empregar o princípio da isonomia, podendo citar: realização de concurso público para provimento de cargos efetivos, realização de licitação para contratação de obras e serviços, e adoção do regime de precatórios para pagamento de dívidas da Fazenda Pública em decorrência de decisão judicial.

Letra E - incorreta. A publicidade é somente um requisito de eficácia do ato, não de sua validade ou formação.

GABARITO: Letra D

...

Forte abraço!

Túlio Lages



You Tube

[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.